



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985.

Texto compilado

Regulamento

(Vide Decreto-Lei nº 2.296, de 1986)

(Vide Decreto-Lei nº 2.397, de 1987)

(Vide Decreto-lei nº 2.433, de 1988)

(Vide Lei nº 7.855, de 1989)

(Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º - Fica instituído o Vale-Transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, poderá antecipar ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, mediante celebração de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho e, na forma que vier a ser regulamentada pelo Poder Executivo, nos contratos individuais de trabalho.~~

Art. 1º Fica instituído o vale-transporte, (Vetado) que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais. (Redação dada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987)

~~§ 1º - Equiparam-se ao trabalhador referido no caput deste artigo, para os benefícios desta Lei, os servidores públicos da Administração Federal direta ou indireta.~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 2.165-36, de 2001)

~~§ 2º - A concessão do Vale-Transporte cessará caso a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho não sejam renovados ou prorrogados.~~ (Revogado pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987)

~~Art. 2º - O Vale-Transporte destina-se à sua utilização no sistema de transporte coletivo público, urbano, intermunicipal ou interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo poder público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.~~ (Revogado pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987)

Art. 2º - O Vale-Transporte, concedido nas condições e limites definidos, nesta Lei, no que se refere à contribuição do empregador: (Renumerado do art. 3º, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

- a) não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;
- b) não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) não se configura como rendimento tributável do trabalhador.

~~Art. 3º Sem prejuízo da dedução como despesa operacional, a pessoa jurídica poderá deduzir, do imposto de renda devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto de renda sobre o valor das despesas comprovadamente realizadas, no período-base, na concessão do Vale-Transporte, na forma em que dispuser o regulamento desta Lei.~~ (Renumerado do art. 4º, pela Lei 7.619, de 30.9.1987) (Revogado pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)

~~Parágrafo único - A dedução a que se refere este artigo, em conjunto com as de que tratam as Leis nºs 6.297, de 15 de dezembro de 1975, e 6.321, de 14 de abril de 1976, não poderá reduzir o imposto devido em mais de 10% (dez por cento), observado o que dispõe o § 3º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979, podendo o eventual excesso ser aproveitado por dois exercícios subsequentes.~~ (Revogado pela Lei nº 9.532, de 1997) (Produção de efeito)

Art. 4º - A concessão do benefício ora instituído implica a aquisição pelo empregador dos Vales-Transporte necessários aos deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa, no serviço de transporte

que melhor se adequar.
Provisória nº 2.189-49, de 2001)

(Renumerado do art . 5º, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)
(Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

(Vide Medida

Parágrafo único - O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.

Art. 5º - A empresa operadora do sistema de transporte coletivo público fica obrigada a emitir e a comercializar o Vale-Transporte, ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição dos empregadores em geral e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços. (Renumerado do art . 6º, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

~~§ 1º - A emissão e a comercialização do Vale-Transporte poderão também ser efetuadas pelo órgão de gerência ou pelo poder concedente, quando este tiver a competência legal para emissão de passes.~~

§ 1º Nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, será instalado, pelo menos, um posto de vendas para cada grupo de cem mil habitantes na localidade, que comercializarão todos os tipos de Vale-Transporte. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24.10.89)

§ 2º - Fica facultado à empresa operadora delegar a emissão e a comercialização do Vale-Transporte, bem como consorciar-se em central de vendas, para efeito de cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 3º - Para fins de cálculo do valor do Vale-Transporte, será adotada a tarifa integral do deslocamento do trabalhador, sem descontos, mesmo que previstos na legislação local.

Art. 6º - O poder concedente fixará as sanções a serem aplicadas à empresa operadora que comercializar o vale diretamente ou através de delegação, no caso de falta ou insuficiência de estoque de Vales-Transporte necessários ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema. (Renumerado do art . 7º, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Art. 7º - Ficam resguardados os direitos adquiridos do trabalhador, se superiores aos instituídos nesta Lei, vedada a cumulação de vantagens. (Renumerado do art . 8º, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Art. 8º - Asseguram-se os benefícios desta Lei ao empregador que proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento integral de seus trabalhadores. (Renumerado do art . 9º, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Art. 9 - Os Vales-Transporte anteriores perdem sua validade decorridos 30 (trinta) dias da data de reajuste tarifário. (Renumerado do art . 10, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. (Renumerado do art . 11, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerado do art . 12, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerado do art . 13, pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Brasília, em 16 de dezembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY
Afonso Camargo

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.12.1985

*

**18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043**

SÉRGIO GUANCINO, brasileiro, maior, casado em regime de separação de bens conforme certidão de casamento nº 083436 01 55 2011 2 00039 171 0008471 13, empresário, nascido em 03.10.1963, portador do CPF/MF nº 499.058.649-20 e do RG nº 3.488.337-8 expedida pela SSP/PR em 14.08.1981, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, nº 1432, Edifício Leonora Milani, apto 102, Bairro Alvorada, na cidade de Francisco Beltrão – Estado do Paraná, CEP 85601-060, **JOÃO CARLOS SCOPEL FILHO**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, nascido em 27.01.1988, portador do CPF/MF nº 007.376.069-24 e do RG nº 4.363.705 expedida pela SSP/SC em 21.03.2006, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 179-E, ap.301, Edifício Residencial Évora, Centro, CEP 89.801-340, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e, **KYRIA PARTICIPAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Chapecó – SC, na Rua Antonio Morandini, 802-D, Sala 02, Bairro Jardim Itália, CEP 89.802-161, inscrita no CNPJ sob nº 07.288.895/0001-50, com contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina JUCESC sob nº 42205107481 em 01.11.2013, e última alteração contratual registrada e arquivada sob nº 20143008412 em 17.10.2014, neste ato representada por seu sócio administrador **JOÃO CARLOS SCOPEL**, brasileiro, maior, divorciado, empresário, nascido em 20.12.1956, portador do CPF nº 249.647.869-00 e do RG nº 12R200.457 expedida pela SSP/SC em 27.02.1997, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 179-E, apto 301, Edifício Residencial Évora, Centro, CEP 89.801-340, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Únicos sócios da empresa **GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, com sede da sociedade na Rua Pato Branco, 199, Bairro São Cristóvão, município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-350, com contrato social arquivado na Junta Comercial de Francisco Beltrão-Pr, sob o NIRE nº 41200083043, em 02.02.1979, e última alteração de contrato social registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20183374002 em 01/08/2018, protocolo nº 183374002 de 25/07/2018, inscrita no CNPJ sob nº 77.596.385/0001-26. Em atendimento a composição celebrada nos autos da ação de conhecimento nº 0011900-84.2012.8.16.0083 em tramitação perante o MM. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Francisco Beltrão – Estado do Paraná, resolvem, assim, alterar e consolidar o contrato social em conformidade com a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os sócios aprovam o aumento de capital social no valor de R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais), divididos entre os sócios, a saber: A sócia **KYRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, subscreve o valor de R\$ 3.250.000,00 (Três milhões, duzentos e cinquenta mil reais) a ser integralizado em moeda corrente deste país até a data de 31/12/2019. O sócio **JOÃO CARLOS SCOPEL FILHO** subscreve o valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) a ser integralizado em moeda corrente deste país até a data de 31/12/2019. O sócio **SERGIO GUANCINO** não subscreve valores de capital social.

Em virtude do aumento, o capital social que era R\$ 3.151.926,00 (três milhões, cento e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis reais) passa para R\$ 6.751.926,00 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis reais), com isso, alterando a cláusula quarta que passa a ter a seguinte redação: **“CLÁUSULA QUARTA: O**

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905737532. NIRE: 41200083043.
GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

capital social é de R\$ 6.751.926,00 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis reais), divididos em 6.751.926 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito, sendo já integralizado, em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 3.151.926,00 (Três milhões, cento e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis reais) e a integralizar, em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais), assim distribuídos entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor em R\$	Partic. %
SÉRGIO GUANCINO	220.027	220.027,00	3,26 %
JOÃO CARLOS SCOPEL FILHO	646.001	646.001,00	9,57 %
KYRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.	5.885.898	5.885.898,00	87,17 %
Totais	6.751.926	6.751.926,00	100,00 %

§ 1º - O valor de R\$ 3.250.000,00 (Três milhões, duzentos e cinquenta mil reais) do capital subscrito pela Kyria Participações Ltda., será integralizado em moeda corrente do país, até a data de 31/12/2019. O valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) do capital subscrito pelo sócio João Carlos Scovel Filho será integralizado em moeda corrente deste país até a data de 31/12/2019.

§ 2º - A cessão das quotas obedecerá aos procedimentos estabelecidos nas Cláusulas Sexta a Décima."

CLÁUSULA SEGUNDA: À vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da lei nº 10.406/2002, os sócios resolvem, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeitos, a partir desta data as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que adequados às disposições da referida lei nº 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

SÉRGIO GUANCINO, brasileiro, maior, casado em regime de separação de bens conforme certidão de casamento nº 083436 01 55 2011 2 00039 171 0008471 13, empresário, nascido em 03.10.1963, portador do CPF/MF nº 499.058.649-20 e do RG nº 3.488.337-8 expedida pela SSP/PR em 14.08.1981, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, nº 1432, Edifício Leonora Milani, apto 102, Bairro Alvorada, na cidade de Francisco Beltrão – Estado do Paraná, CEP 85601-060, **JOÃO CARLOS SCOPEL FILHO**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, nascido em 27.01.1988, portador do CPF/MF nº 007.376.069-24 e do RG nº 4.363.705 expedida pela SSP/SC em 21.03.2006, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 179-E, ap.301, Edifício Residencial Évora, Centro, CEP 89.801-340, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, e, **KYRIA PARTICIPAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Chapecó – SC, na Rua Antonio Morandini, 802-D ,

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

Sala 02, Bairro Jardim Itália, CEP 89.802-161, inscrita no CNPJ sob nº 07.288.895/0001-50, com contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina JUCESC sob nº 42205107481 em 01.11.2013, e última alteração contratual registrada e arquivada sob nº 20143008412 em 17.10.2014, neste ato representada por seu sócio administrador JOÃO CARLOS SCOPEL, brasileiro, maior, divorciado, empresário, nascido em 20.12.1956, portador do CPF nº 249.647.869-00 e do RG nº 12R200.457 expedida pela SSP/SC em 27.02.1997, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 179-E, apto 301, Edifício Residencial Évora, Centro, CEP 89.801-340, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Únicos sócios da empresa **GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**, com sede da sociedade na Rua Pato Branco, 199, Bairro São Cristóvão, município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP 85.601-350, com contrato social arquivado na Junta Comercial de Francisco Beltrão-Pr, sob o NIRE nº 41200083043, em 02.02.1979, última alteração de contrato social registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o nº 20183374002 em 01/08/2018, protocolo nº 183374002 de 25/07/2018, inscrita no CNPJ sob nº 77.596.385/0001-26. Em atendimento a composição celebrada nos autos da ação de conhecimento nº 0011900-84.2012.8.16.0083 em tramitação perante o MM. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Francisco Beltrão – Estado do Paraná, consolidam o contrato social em conformidade com a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade limitada gira sob o nome empresarial de **GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem sua sede na Rua Pato Branco, nº 199, Bairro São Cristóvão, CEP 85.601-350, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

§ 1º - A sociedade tem uma filial estabelecida na cidade de Francisco Beltrão – Paraná, na Avenida Júlio Assis Cavalheiro, 390, sala 08, Centro, CEP 85.601-000.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social é de transporte rodoviário de passageiros, regular, municipal urbano.

§ 1º - A sociedade poderá, quando servir aos seus interesses, abrir, fechar, transferir temporária ou definitivamente, filiais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios.

§ 2º - A sociedade poderá participar de outras sociedades como meio de realizar o objeto social.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é de R\$ 6.751.926,00 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis reais), divididos em 6.751.926 (Seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito, sendo já integralizado, em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 3.151.926,00 (Três milhões, cento e cinquenta e um mil e novecentos e vinte e seis reais) e a integralizar, em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais), assim distribuídos entre os sócios:

Sócios	Quotas	Valor em R\$	Partic. %
SÉRGIO GUANCINO	220.027	220.027,00	3,26 %
JOÃO CARLOS SCOPEL FILHO	646.001	646.001,00	9,57 %

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

601-f
 9436-6
 111572-3

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

KYRIA PARTICIPAÇÕES LTDA.	5.885.898	5.885.898,00	87,17 %
Totais	6.751.926	6.751.926,00	100,00 %

§ 1º - O valor de R\$ 3.250.000,00 (Três milhões, duzentos e cinquenta mil reais) do capital subscrito pela Kyria Participações Ltda., será integralizado em moeda corrente do país, até a data de 31/12/2019. O valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) do capital subscrito pelo sócio João Carlos Scopel Filho será integralizado em moeda corrente deste país até a data de 31/12/2019.

§ 2º - A cessão das quotas obedecerá aos procedimentos estabelecidos nas Cláusulas Sexta a Décima."

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade iniciou suas atividades em 01 de fevereiro de 1979, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição e postas à venda, formalizando, se realizadas a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

§ 1º - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais que um titular para cada quota.

§ 2º - Em caso de diminuição de capital, será proporcionalmente e igual a cada quota.

§ 3º - As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

§ 4º - **DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS** - Os sócios não poderão transferir parte ou a totalidade de suas quotas para pessoas estranhas a sociedade, sem antes oferecê-las aos outros sócios que em igualdade de condições terão o direito de preferência na aquisição, devendo o oferecimento ser manifestado através de comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - A notificação deverá ser expressa, contendo a quantidade de quotas e o preço por elas exigido, bem como também as condições de pagamento.

§ 5º - **MANIFESTAÇÃO DE DIREITO** - Na hipótese de todos os sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das quotas far-se-á na proporção das quotas que possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, mediante rateio, as quotas disponíveis.

§ 6º - **DO PRAZO DE PREFERÊNCIA** - Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, ou por terceiros, haverá reunião dos sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da Lei nº. 10.406/2002.

§ 7º - **NÃO EFETIVAÇÃO A CESSÃO** - Na hipótese de não efetivada a cessão no preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas, o procedimento referente ao exercício do direito de preferência deverá ser repetido, observado o novo preço mínimo.

§ 8º - **NÃO CONVINDO A TRANSFERÊNCIA** - Não convindo à sociedade a transferência das quotas do sócio retirante, o Capital Social será diminuído no valor do capital retirante, pagando a sociedade o valor patrimonial, em 60 (sessenta) parcelas mensais e

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

sucessivas com base nos valores do Balanço especial levantado no último dia do mês da notificação.

§ 9º - DA RETIRADA DA SOCIEDADE – Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante a notificação aos demais, a qualquer tempo por vontade própria, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, pela falta de afeição social, com base no comando legal do art. 1.029 da Lei 10.406/2002, além de outras razões de foro íntimo, observadas as disposições das Cláusulas 6ª a 10ª.

CLÁUSULA SÉTIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA OITAVA: DO ADMINISTRADOR – A sociedade poderá admitir administradores não sócios, conforme faculdade deferida no artigo 1061 da Lei nº 10406/02.

§ 1º - O administrador da sociedade será eleito anualmente em assembleia geral (ou reunião de sócios) e ocorrerá sempre no primeiro trimestre seguinte ao término do exercício fiscal ou na assembleia de aprovação do balanço e terão plenos poderes, internos e externos, necessários à condução dos negócios sociais, os quais os autorizam a representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente.

§ 2º - O administrador eleito, exercerá a função no limite das suas atribuições e poderes, podendo adquirir, alienar, permutar e onerar bens móveis, inclusive outorgar procuração em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim exigir, fazendo constar, com detalhes, os atos que poderão praticar e o prazo de duração do mandato.

§ 3º - DA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS E AUTOMÓVEIS, CONSTITUIÇÃO PENHOR, ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, FIANÇA, AVAL, GARANTIAS E CONCESSÃO DE DÍVIDAS – Os atos que importem em alienação ou transferência dos bens imóveis e veículos, bem do acervo e nos atos que importarem em constituir hipoteca, penhor mercantil ou industrial, alienação fiduciária, concessão de fianças, aval ou outras garantias em favor de terceiros, confessar dívidas, serão necessários às assinaturas de todos os sócios, ou deliberação em ata de reunião de sócios, autorizando os administradores, a praticar o ato aprovado.

§ 4º - O uso da denominação social é privativo do administrador nomeado, o qual responderá solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato ou determinação da Lei.

§ 5º - OPERAÇÕES ESTRANHAS DO OBJETO SOCIAL – É vedado ao administrador, bem como a qualquer sócio, empregado, ou procurador ainda que devidamente constituído, obrigar a sociedade em operações estranhas ao objeto social, em favor de terceiros, tais como, fiança, aval, endosso, aceite e todo e qualquer título de favor.

CLÁUSULA NONA: O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao término de cada exercício social, 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico financeiro, em conformidade com os Princípios Contábeis geralmente aceitos, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e legislação vigente, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

§ 1º - DOS LIVROS OBRIGATÓRIOS – Ficam instituídos como livros obrigatórios, além dos exigidos pelo Decreto nº. 3.000/1999, pelo art. 100 da Lei nº. 6.404/1976, quando cabível, pela legislação comercial, pela legislação previdenciária e trabalhista, pela legislação fiscal (municipal, estadual e federal), o Livro de Atas das Reuniões de sócios, instituídos pela Lei nº. 10.406/2002.

§ 2º - DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS – Em reunião de sócios anual, será decidido o destino dos lucros acumulados, a participação nos lucros dos administradores e empregados; a constituição de reservas de lucros, bem como a sua reversão. Os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, poderão ser partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social e em conformidade com a determinação da destinação do resultado.

§ 3º - De acordo com a legislação tributária vigente, poderá ser distribuído aos sócios, o lucro apurado em conformidade com a legislação pertinente e de acordo com a situação econômica e financeira da empresa, proporcionalmente ao capital integralizado.

§ 4º - Distribuição de dividendos mínimos será de 20% (vinte por cento) do lucro líquido do exercício.

§ 5º - Os prejuízos que porventura se verifiquem, serão mantidos em conta especial para serem amortizados nos exercícios futuros, ou poderão ser suportados pelos sócios proporcionalmente a sua participação no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA: Nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

§ 1º - As deliberações sobre a retirada de pró-labore serão sempre através de reunião de sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

§ 1º - DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO – No caso de falecimento ou interdição permanente de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, fazendo jus ao prazo de 180 (cento e oitenta) dias estipulado no inciso IV, do artigo 1.033 da Lei 10.406/2002, devendo esta continuar com os sócios remanescentes, os herdeiros designados legalmente, os quais farão representar enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

§ 2º - DA RECUSA DOS HERDEIROS E SUCESSORES – Na hipótese da Cláusula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

requerer à sociedade suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitarem ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, estes farão levantar balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito. Enquanto não houver nomeação de inventariante, os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se, ainda, em relação à morte de qualquer sócio o comando legal dos art. 1.027, 1.028 e 1.032, da Lei 10.406/2002.

§ 3º - DOS HERDEIROS E SUCESSORES – Na hipótese da Cláusula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão, à seu critério, suceder o sócio falecido ou requerer à sociedade que se proceda a liquidação de suas cotas, ocasião em que se fará levantar balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito. Enquanto não houver nomeação de inventariante, os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda, em relação à morte de qualquer sócio o comando legal dos art. 1.027, 1.028 e 1.032, da Lei 10.406/2002.

§ 4º - Os haveres serão pagos aos herdeiros ou ao seu curador em 24 (vinte e quatro) prestações iguais mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira, 60 (sessenta) dias depois de apresentada à sociedade, Autorização Judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive o registro do comércio, e as demais sucessivamente de 30 (trinta) em 30 (trinta) dias. O valor das prestações será corrigido pelo índice da aplicação em poupança, tendo como data inicial, a data do balanço especial.

§ 5º - Fica facultado, mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômica financeira da empresa.

§ 6º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

§ 7º - DA EXCLUSÃO DE SÓCIO – Será excluído da sociedade, de pleno direito, a sociedade empresária que for declarada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o comando legal do art. 1.030 da Lei 10.406/2002.

§ 8º - DOS ATOS DA EXCLUSÃO DO SÓCIO – Serão excluídos da sociedade, por atos de inegável gravidade ou justa causa, observado o comando legal dos arts. 1.030 e 1.085, da Lei nº. 10.406/2002, os sócios que praticarem, habitualmente ou não (falta grave):

- a) Calúnia;
- b) Concorrência desleal;
- c) Abuso de poder em relação ao cumprimento deste instrumento e da lei que o rege;
- d) Descumprimento de acordos de acionistas.

§ 9º - DA RESPONSABILIDADE SOCIAIS ANTERIORES – A retirada, exclusão ou morte de sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, pelo tempo em que foi sócio.

§ 10º - DOS HAVERES DE SÓCIOS EXCLUÍDOS OU RETIRANTES – Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

levantado especificamente para esse fim, na data da resolução, observado o comando legal dos arts. 1.031 e 1.085, da Lei nº. 10.406/2002.

§ 11º - DO PRAZO DE LIQUIDAÇÃO – A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo máximo de 90(noventa) dias, se for até o montante de cinco por cento do capital social ou em até 24 (vinte e quatro) meses se for superior, em prestações mensais iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice da aplicação em poupança, tendo como data inicial, a data do balanço especial, procedendo-se a redução do capital social e respectivas reservas.

§ 12º - DO BALANÇO PARA APURAÇÃO DE HAVERES – No prazo de trinta dias, será levantado o balanço da sociedade, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera-se como data do evento a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; a data da morte do sócio; a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afecção societária; ou a data de qualquer outro evento que cause a apuração de haveres, como data da sentença de execução de quotas, art. 1.026 da Lei 10.406/2002 ou data da incapacidade superveniente atestada por médico ou sentença judicial ou a data em que tiver em mora o sócio que subscreveu e não integralizou as quotas do capital social.

§ 13º - DO RESPONSÁVEL PELO BALANÇO – O balanço a que se refere à cláusula anterior, será elaborado por contador regularmente habilitado, e de acordo com as normas e princípios contábeis em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: – DAS ASSEMBLÉIAS - A Assembleia dos sócios das empresas detentoras de Quotas de Capital Social é o órgão soberano para as decisões mais importantes e reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano ou extraordinariamente, sempre que convocada pelo Conselho de Administração ou por qualquer dos sócios.

§ 1º - A Assembleia Ordinária ocorrerá sempre no primeiro trimestre seguinte ao término do exercício fiscal e será convocada, por escrito, pelo Conselho de Administração. Nessa Assembleia Ordinária serão analisados e votados os balanços da Sociedade e eleito o Conselho de Administração e administrador para o novo período.

§ 2º - A Assembleia extraordinária poderá ser a qualquer momento, sempre que haja um fato relevante, e poderá ser convocada pelo Conselho de Administração ou por qualquer dos sócios.

§ 3º - A convocação deverá ser feita por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, descrevendo claramente a pauta dos assuntos a serem discutidos e votados.

§ 4º - A Assembleia Extraordinária deverá se reunir sempre que devam ser apreciados e votados os seguintes assuntos:

- Aquisição ou vendas de participações em outras sociedades;

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

- Mudanças do Contrato Social;
- Aumento e chamadas de capital;
- Entrada de novos sócios;
- Outros assuntos de relevância.

§ 5º - As Assembleias acontecerão somente com a presença de todos os sócios e as decisões deverão ser feitas por maioria dos sócios, independentemente da participação de cada um no capital da sociedade.

§ 6º - Os Sócios titulares, das empresas societárias, deverão estar presentes nas Assembleias, e no caso de impedimento, seus representantes deverão apresentar uma procuração por escrito, para cada assembleia.

§ 7º - Um sócio poderá designar outro sócio para representá-lo e votar nas assembleias, devendo, entretanto, apresentar uma Procuração específica para cada Assembleia.

§ 8º - Todas as decisões das Assembleias deverão ser registradas em Livro de Atas específico para Assembleias, devendo ser tomada a assinatura de todos os presentes. As Atas das Assembleias que resultem alterações no Contrato Social deverão ser registradas na Junta Comercial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: - DAS DELIBERAÇÕES – As deliberações sociais, nas quais cada sócio terá direito a um voto, independentemente da sua participação no capital social, serão tomadas em reunião de sócios, com presença de todos os sócios.

§ 1º - Estabelecem os sócios, que todas as deliberações serão tomadas em assembleia geral ou reunião dos sócios, inclusive em relação a escolha do administrador designado, não observada a regra de proporcionalidade em relação ao capital social subscrito e integralizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: - DO REGISTRO DAS REUNIÕES – Em livro próprio de atas, instituído nesta data, da administração e de registro das reuniões de sócios quotistas será lavrada ata dos trabalhos, podendo esta ser de forma sumária, bem como as ocorrências e deliberações dos sócios, assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: - DO SÓCIO QUE QUEIRA SE RETIRAR DA SOCIEDADE – O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de trinta dias, a contar da deliberação que discordou, sendo seus haveres apurados e pagos mediante balanço levantado especificamente para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – A Sociedade elegerá um Conselho de Administração que se constituirá no órgão máximo das decisões administrativas e estratégicas.

§ 1º - O Conselho de Administração será eleito pelo período de um ano, sempre na Assembleia Geral Ordinária que acontecerá no primeiro trimestre posterior ao encerramento do Exercício fiscal.

§ 2º - O Conselho de Administração será composto por até 03 (três) membros, assim distribuídos: um representante de cada sócio e um terceiro – não integrante da sociedade – de escolha dos sócios.

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

§ 3º - O Conselho de Administração elegerá um dos seus membros, como Presidente do Conselho, e os demais membros serão denominados Conselheiros.

§ 4º - O Presidente do conselho terá como atribuições principais do seu cargo: Convocar e dirigir o Conselho; Atualizar e fazer obedecer ao Contrato Social; Estabelecer cronogramas de eventos, reuniões e assembleias; Representar a Sociedade diante de órgãos associativos da classe; Apoiar e esclarecer a Diretoria Executiva em tarefas diárias mais complexas; Representar a sociedade diante do Governo, Instituições e dos principais clientes.

§ 5º - Os Conselheiros terão como atribuições: Atender as convocações e participar das reuniões do conselho; sugerir políticas estratégicas e ações para a Sociedade; Aprovar Investimentos; Aprovar o Orçamento Operacional; Avaliar os resultados da Sociedade; e o desempenho da Diretoria Executiva.

§ 6º - O Conselho de Administração poderá ou não receber um pró-labore, de acordo com a prática de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: - DA DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS - A sociedade por deliberação dos sócios poderá:

- a) Transformar-se em outro tipo social;
- b) Incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
- c) Fundir-se com outra sociedade;
- d) Cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se se a versão for total, ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: - DOS SÓCIOS DISSIDENTES - Aos sócios dissidentes fica assegurado o direito de retirarem-se da sociedade nos termos do art. 1.077 da Lei nº. 10.406/2002, apurando-se os seus haveres através de balanço levantado especialmente para esse fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE - A sociedade será dissolvida de pleno direito e, conseqüentemente, liquidada, nas hipóteses de:

- a) Anulada a sua constituição;
- b) Exaurida o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade;
- c) Consenso unânime dos sócios;
- d) Falta de pluralidade de sócios por prazo superior a cento e oitenta dias;
- e) Determinação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: - DA CONTINUIDADE DA SOCIEDADE - Fica assegurada a possibilidade de continuidade da sociedade, em decorrência de sua função social, pela vontade de um ou mais sócios manifestarem na mesma reunião de quotistas, se não houver impedimento legal, hipótese em que serão apurados e pagos os haveres dos demais quotistas mediante balanço apurado especificamente para essa finalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: - DA ELEIÇÃO DO LIQUIDANTE - Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observados os termos do art. 1.102 e seguintes da Lei nº. 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando data para o respectivo encerramento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: - DO ENDEREÇO DOS SÓCIOS - Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
 PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 11905737532. NIRE: 41200083043.
 GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DA SOCIEDADE GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
CNPJ/MF nº 77.596.385/0001-26
NIRE Nº 41200083043

encaminhamento de convocações, cartas, aviso e etc, relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

§ 1º - Todas as divergências serão resolvidas pela interpretação deste contrato, sendo os casos omissos regidos pelas disposições dos artigos 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/2002, subsidiariamente, e no que for aplicada, a Lei das Sociedades Anônimas.

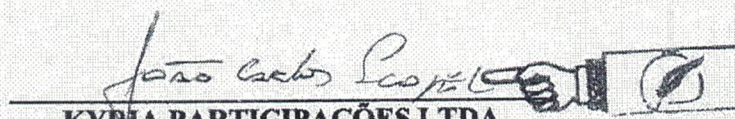
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Fica reconhecida pelos sócios a presente alteração contratual mediante a assinatura do contrato de concessão para exploração e operação do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de Francisco Beltrão/PR que foi realizada na data de 23.10.2015 às 10:00 (dez) horas conforme Concorrência Pública nº 003/2015.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Francisco Beltrão, estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem devidamente justos e contratados, assinam o presente contrato em via única.
Francisco Beltrão - Paraná, 06 de dezembro de 2019.


SERGIO GUANCINO


JOÃO CARLOS SCOPEL FILHO


KYRIA PARTICIPAÇÕES LTDA
JOÃO CARLOS SCOPEL
Sócio administrador


GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA
MURAN MAGALI ALMEIDA
Administrador não-sócio

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905737532. NIRE: 41200083043.
GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br



TABELIONATO DE NOTAS
HARTEL FRANCISCO SANTOS LEAL

VPRsP.8ukpk.cPm5D - hpWj3.fWnck

Consulte o selo em <http://www.funarpem.com.br>

Reconheço por VERDADEIRA a(s) firma(s) de: **MURAN MAGALI ALMEIDA, JOAO CARLOS SCOPEL FILHO e JOAO CARLOS SCOPEL** Dou fé. Em test. da Verdade.
Emolumentos: R\$33,42 + Selo FUNARPEM R\$0,80

Francisco Beltrão, 06 de dezembro de 2019

Franciele Pasquali - Escrevente

R. Octaviano Teixeira dos Santos, 934 Centro - Francisco Beltrão/PR - 85501-000
46 2601 0321 | 2601 0322 - www.1TABELIONATO.NOT.BR



TABELIONATO DE NOTAS
HARTEL FRANCISCO SANTOS LEAL

9PRsP.AaQQZ.ZWp97 - kJ2tc.tVdYm

Consulte o selo em <http://www.funarpem.com.br>

Reconheço por VERDADEIRA a(s) firma(s) de: **SERGIO GUANCINO** Dou fé. Em test. da Verdade.
Emolumentos: R\$11,14 + Selo FUNARPEM R\$0,80

Francisco Beltrão, 06 de dezembro de 2019

Franciele Pasquali - Escrevente

R. Octaviano Teixeira dos Santos, 934 Centro - Francisco Beltrão/PR - 85501-000
46 2601 0321 | 2601 0322 - www.1TABELIONATO.NOT.BR

1º Tabelionato de Notas
Franciele Pasquali
Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/12/2019 11:52 SOB Nº 20197483674.
PROTOCOLO: 197483674 DE 13/12/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11905737532. NIRE: 41200083043.
GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 13/12/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 77.596.385/0001-26

Certidão nº: 25969379/2021

Expedição: 23/08/2021, às 14:11:48

Validade: 18/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **77.596.385/0001-26**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 77.596.385/0001-26

Razão Social: GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Endereço: RUA PONTA GROSSA 199 / CENTRO / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-600

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/12/2021 a 26/01/2022

Certificação Número: 2021122801075389652990

Informação obtida em 04/01/2022 14:55:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 77.596.385/0001-26

Razão Social: GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Endereço: RUA PONTA GROSSA 199 / CENTRO / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-600

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/08/2021 a 15/09/2021

Certificação Número: 2021081701074700040669

Informação obtida em 23/08/2021 14:09:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 13.478.780-5

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 13.478.780-5 DATA DE EXPEDIÇÃO: 01/02/2012

NOME: MURAN MAGALI ALMEIDA

FILIAÇÃO: DALTRO DA SILVA ALMEIDA
ROSA BANAFIN ALMEIDA

NATURALIDADE: NONOAI/RS DATA DE NASCIMENTO: 06/12/1976

DOC. ORIGEM: COMARCA=URUGUAIANA/RS, DA SEDE
C.CAS=12403, LIVRO=41B, FOLHA=247

CPF: 760.860.820-72

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**COPEL**

Copel Distribuição S.A.
José Izidoro Brazetto, 158 bl. C - Mossunguá - Curitiba PR - CEP 81200-240
CNPJ: 04.368.898/0001-06 - IE 90.233.073-99 - IM 423.992-4



www.copel.com
0800 51 00 116

MURAN MAGALI ALMEIDA
R URUGUAI, 225 - RC 09 215200
PRES KENNEDY - FRANCISCO BELTRAO - PR - CEP: 85605-370

83240 01 009 215200
CPF 760.860.620-72

Mês de referência

Julho/2021

Vencimento

15/08/2021

Unidade Consumidora

32315686

VALOR A PAGAR

R\$ 117,97

Responsabilidade da Manutenção de Ilumina Pública: Município 4635202122

FAT-01-20211773995312-75

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.**Informações Técnicas**

Nº Medidor: MD 0774140888 - TRIFASICO

Reside/Residencial

Leitura Anterior

23/06/2021
2021

Leitura Atual

22/07/2021
2122

Medido

29 dias
101 kWhConstante de
Multiplicação

1

Total Faturado

101 kWh

Consumo
Médio Diário

3,48 kWh

Data de Emissão

23/07/2021

Próxima Leitura
Prevista

23/08/2021

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt. Pgto.	Valor
06/2021	348	15/07/2021	322,21
05/2021	321	15/06/2021	289,22
04/2021	339	17/05/2021	293,54
03/2021	396	15/04/2021	347,15
02/2021	372	15/03/2021	329,21
01/2021	401	17/02/2021	361,99
12/2020	354	15/01/2021	332,91
11/2020	338	15/12/2020	286,49
10/2020	325	16/11/2020	276,02
09/2020	188	15/10/2020	170,86
08/2020	100	09/09/2020	51,31
07/2020	0		

Valores Faturados**NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 205.379.410 - SÉRIE B**

Emitida em 23/07/2021

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cál.	Aliq. ICMS
ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	101	0,817921	82,61	82,61	29,00%
ENERGIA CONS. B.VERMELHA P2	kWh			12,86	12,86	29,00%

CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO

22,50

Informações Suplementares

Tarifas

ENERGIA ELET CONSUMO 0,556810

Tensão Contratada: 127/220 volts
Limite Adequado Tensão: 117 a 133/202 a 231 volts

Reaviso de Vencimento

Base de Cálculo do ICMS 95,47	Valor ICMS 27,88	Valor Total da Nota Fiscal 117,97
Reservado ao Fisco 7928.9B26.057A.663E.2AC9.BD35.525D.49DA		

INCLUSO NA FATURA PIS R\$0,46 E COFINS R\$2,11 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
FATURA DO MES 06/2021 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO
A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados
à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
Agora é possível recorrer à Ouvidoria da Copel pelo Site ou Mobile.
REAJUSTE TARIFARIO: EFEITO MEDIO 9,89% A PARTIR DE 24/06 RES.ANEEL 2886/2021
DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.
Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR
Períodos Band.Tarif.: Vermelha P2:24/06-22/07

32315686

Mês
07/2021Vencimento
15/08/2021Valor a Pagar
117,97

Autenticação Mecânica

**COPEL**

33680000001 7 17970111000 1 00101020211 5 77399531275 0

NÃO RECEBER - DÉBITO AUTOMÁTICO - BANCO - 756 - AGÊNCIA - 4342

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Plataforma de Serviços Financeiros do Sicoob - SISBR

24/08/2021

EXTRATO CONTA CORRENTE

07:58:15

COOP.: 4342-7 - SICOOB VALE SUL

CONTA: 26.800-3 - GUANCINO TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

Assinado digitalmente por [nome] em 24/08/2021